

Estudo lança dúvidas sobre meta do país contra mudança climática

Código Florestal põe em xeque as estimativas de desmatamento

MARCELO LEITE
DE SÃO PAULO

Uma carta de pesquisadores brasileiros na revista "Science" desta sexta (30) põe o dedo na ferida: será muito difícil cumprir as metas nacionais para combater a mudança do clima até 2030 anunciadas pela presidente Dilma Rousseff no final de setembro.

O alvo da correspondência, assinada por Raoni Rajão e Britaldo Soares-Filho, da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), são os números de desmatamento por trás da "contribuição pretendida nacionalmente determinada" (INDC, em inglês), apelido burocrático das metas.

Sem uma regulamentação restritiva das possibilidades abertas pelo Código Florestal e medidas como a expansão de áreas protegidas, desapareceriam nos próximos 15 anos 198 mil km² de vegetação nativa (uma área do tamanho do Paraná).

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) diz que as estimativas de Rajão e Soares-Filho estão superestimadas, pois se baseiam em premissas erradas sobre o código.

A perda projetada pelos pesquisadores, de 13,2 mil km² por ano, ocorreria principalmente na Amazônia (5.700 km²/ano) e no cerrado (5.300 km²/ano). Isso considerando apenas o desmatamento legal.

DESMATAMENTO ZERO

Para cumprir a INDC e cortar as emissões de gases do efeito estufa em 43% até 2030, sobre os níveis de 2005, Dilma se comprometeu a eliminar o desmatamento ilegal na Amazônia. Ou seja, as derrubadas autorizadas continuariam.

Por outro lado, o carbono lançado na atmosfera pela destruição da mata precisaria ser recapturado – recuperando floresta noutra lugar, por exemplo – para chegar a emissões líquidas zero. A Amazônia deixaria então de ser uma fonte de poluição climática e geraria um saldo positivo para compensar as emissões crescentes nos setores energético e agrícola.

A preocupação maior dos pesquisadores abrange as cotas de reserva ambiental (CRA) previstas no Código Florestal. Esse título comercializável garante que uma determinada área privada terá a sua vegetação nativa mantida intocada por um certo período.

Segundo o código, a CRA pode ser comprada por quem tem saldo negativo de floresta (passivo ambiental). Por exemplo, um proprietário rural que tenha desmatado mais do que permite a lei e precisa

repor sua reserva legal, o que pode fazer recuperando a área ou adquirindo cotas.

Se a oferta de CRA for muito alta, como projeta a dupla da UFMG, os preços do título cairão e ninguém terá incentivo para replantar a mata devida. Ao contrário, a facilidade criada poderá até incentivar desmatos adicionais.

O problema, diagnosticam, está em duas fontes de CRA previstas no código: pequenas propriedades e unidades de conservação (florestas nacionais e parques estaduais, por exemplo). A dupla estima que a oferta de CRA será quase 28 vezes maior do que a demanda (ou seja, passivos ambientais a serem corrigidos).

PREMISSAS

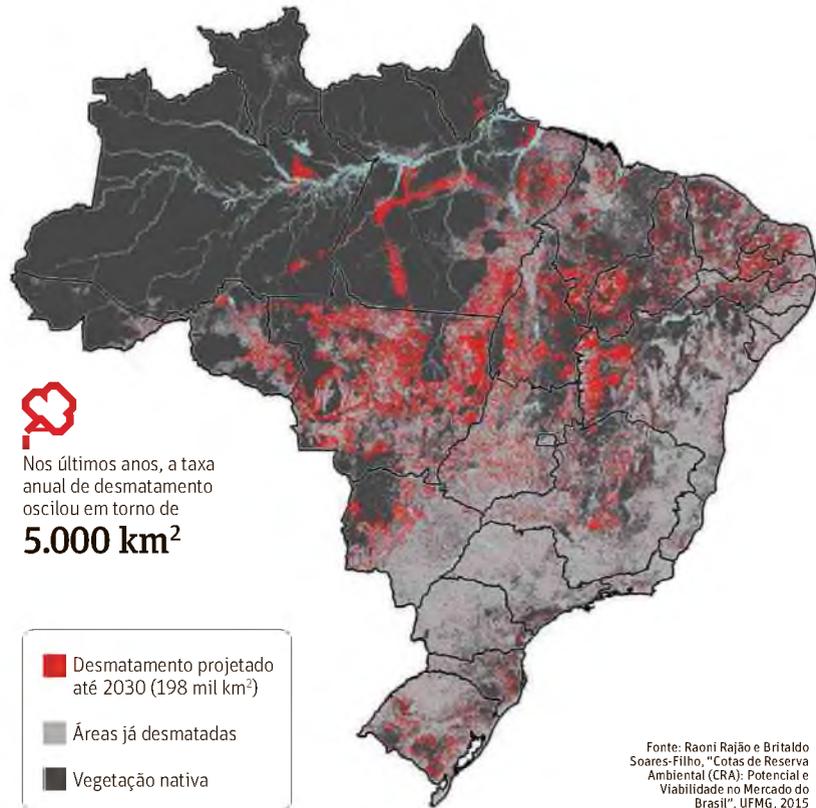
"A estimativa da UFMG superestimou essa oferta", rebate Antonio do Prado, assessor especial do Ministério do Meio Ambiente, "porque suas premissas estão erradas". Segundo Prado, o espírito da lei, no caso do Código Florestal, não autoriza empregar na compensação CRAs de pequenas propriedades com saldo negativo de reserva legal.

O título poderia ser usado para pagamento de serviços ambientais – uma usina hidrelétrica interessada em manter florestas para garantir a produção de água, por exemplo –, mas não para compensar passivo ambiental. "Não pode usar deficit para compensar outro deficit."

Prado diz que a restrição deverá ser explicitada em um futuro decreto. Quanto a lastrear CRAs em áreas particulares não indenizadas dentro de unidades de conservação, ele disse que o tema ainda se encontra em debate no governo.

ACIMA DO ESPERADO

Com novo Código Florestal, desmatamento pode até aumentar



“ Não é provável que as políticas atuais e as ações adicionais anunciadas pelo Brasil sejam suficientes para alcançar os cortes de gases do efeito estufa provenientes da mudança do uso da terra [desmatamento]

RAONI RAJÃO
BRITALDO SOARES-FILHO
pesquisadores da UFMG, em carta na revista "Science"

META DE REDUÇÃO DO BRASIL DE EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA

